

# UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO RURAL PARA FINANCIAMENTO DE PEQUENOS PRODUTORES DA REGIÃO DE JALES-SP: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE CONSULTORIA AGRÍCOLA

Samuel Jesus Batista<sup>1</sup>  
Rogério de Jesus Ribeiro<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A modalidade de crédito rural é um tipo de financiamento destinado a produtores rurais de pequeno, médio e grande porte, cooperativas e até associações de produtores rurais. O principal objetivo do crédito rural é estimular novos investimentos agropecuários ou custear a atividade já existente na propriedade, existindo ainda linhas para comercialização (PORTAL BRASIL, 2011).

O crédito rural tem como princípio norteador estimular os investimentos rurais efetuados pelos produtores ou por suas cooperativas: rural ou pecuária, bem como, custear a produção e a comercialização de produtos agrícolas e pecuários, fortalecer a competitividade no setor rural, visando o aumento na produtividade, a melhoria nos padrões de vida dos produtores e suas famílias e o desenvolvimento das atividades florestais comerciais, contribuindo com a natureza e viabilizando a captura de gás carbono CO<sub>2</sub> como forma de trazer mais tecnologia a agricultura familiar (BACEN, 2012).

No ano de 2012, o Brasil teve 2.646.731 contratos de créditos rurais fechados em todas as instituições financeiras existentes, sendo eles tantos para fins da agricultura quanto para a pecuária, desses contratos foram levantados um valor total de 114.846.299.913,99 reais (BACEN, 2012).

A região de Jales - SP é uma região de intensa atividade agrícola, composta em sua maioria por pequenos e médios produtores que desenvolvem atividades variadas, com destaque para a produção de uva, laranja e agropecuária.

Dadas as limitações financeiras ocorridas nos últimos anos e em virtude da crise econômica que vive o Brasil desde 2014, uma das alternativas encontradas pelos produtores rurais, em especial os pequenos e médios produtores, foi a contratação do crédito rural.

O objetivo deste trabalho é apresentar, por meio de um estudo de caso em uma empresa de consultoria agrícola, a importância e a representatividade da disponibilidade do crédito rural para o desenvolvimento das atividades agrícolas na região de Jales - SP.

---

1 Fatec Jales – Professor José Camargo. E-mail: samuelbatista345@gmail.com

2 Fatec Jales – Professor José Camargo. E-mail: rogerio.ribeiro2@fatec.sp.gov.br

Nos anos de 2014 e 2015 foram propostos dezenas de projetos técnicos para obtenção de crédito rural em diversas instituições financeiras na região de Jales - SP, destes, em média aproximadamente 80% foram aprovados e representaram a injeção de milhões de reais no setor do agronegócio, impulsionando sobremaneira o agronegócio local.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa que dará suporte ao presente trabalho foi desenvolvida em duas partes: revisão bibliográfica e estudo de caso. Inicialmente foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica que fez uso de livros, artigos e sites especializados da Internet, prezando sempre pela idoneidade e credibilidade da fonte.

Para Amaral, (2007) a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho que influenciará todas as etapas da pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho, consistem no levantamento de seleção de informações relacionadas à pesquisa.

Para Araújo et al. (2008) o estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procura-se compreender e explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

Para o desenvolvimento do estudo de caso, foi escolhida uma empresa que desenvolve projetos técnicos destinados à contratação de crédito rural na região de Jales - SP. A empresa atua no desenvolvimento de projetos e consultoria agrícola desde ano de 1993, atendendo a diversos municípios da região de Jales - SP e conta com profissionais qualificados, com experiência profissional e acadêmica no setor de agronegócios.

A pesquisa documental foi a estratégia escolhida para coletar as informações junto aos registros da empresa estudada. Selecionou-se os projetos desenvolvidos nos anos de 2014 e 2015 e elaborou-se uma planilha com os dados gerais do projeto, preservando a identidade do proponente e da empresa responsável pela elaboração do projeto, de forma a manter o sigilo das demais informações que não são objetos deste trabalho.

Após coletadas as informações, foram elaboradas tabelas e gráficos a partir dos dados coletados e o método de análise utilizado foi a comparação entre dois períodos, 2014 e 2015, observando os tipos de atividades, características dos proponentes, percentual de aprovação, culturas produzidas e valor obtido por meio dos referidos projetos.

## **3 REVISÃO DE LITERATURA**

### **3.1 Evolução da atividade agrícola no Brasil**

De acordo com Souza e Caume (2008) até a década de 1930, a produção agrícola no Brasil esteve assentada principalmente na produção de café direcionado a exportação, ficando as demandas do mercado interno brasileiro dependente das movimentações do mercado externo. Como consequência

da Grande Depressão Econômica compreendida entre os anos de 1929 e 1933, com destaque para a Revolução de 1930, ocorreu uma queda significativa nas exportações de café, culminando assim com o crescimento da produção interna de alimentos e de matérias-primas.

Diante disso, a economia brasileira iniciou o período posterior à crise de 1929 com um grande crescimento econômico liderada principalmente pelo Estado de São Paulo, sob a administração de Getúlio Vargas, na qual a principal política econômica pode ser considerada como a da defesa dos preços internacionais do café, o que acabou impondo à sociedade brasileira uma socialização das perdas (RAMOS, 2008).

Não havia certeza sobre as vantagens de uma economia mais diversificada após a crise de 1929, as articulações para formação de uma economia mais diversificada vêm desde o final de 1928 e a plataforma veio a público em 1930, quando ainda não se tinha dimensão do impacto da grande depressão no Brasil, (FONSECA, 2012).

Houve uma mudança nos padrões da economia nacional, que passaram a trabalhar mais na capacidade produtiva e do próprio consumo interno. Assim o processo de urbanização juntamente a industrialização, com o objetivo de criar um mercado interno forte, passou a delinear alterações no padrão de oferta de alimentos que até então estava exclusivamente dependente dos excedentes da pequena produção naquela época dos chamados camponeses (SOUZA; CAUME, 2008).

Segundo Fonseca (1985 apud SOUZA; CAUME, 2008), devido a grande urbanização da população, a migração da população da área rural para a área urbana passa a ser vista com outros olhos pelas elites dominantes, era tanto como fator de redução da produtividade do campo quanto quesito desencadeador da expansão desordenada das cidades e do desemprego.

Nessa perspectiva, buscava-se o desenvolvimento de uma educação que reforçasse os camponeses a voltar e se fixar novamente ao campo, o que incita a necessidade da adaptação de programas e currículos ao meio rural. Assim o período é caracterizado pela implantação de diversos programas educativos, realizados na maioria dos estados brasileiros tendo em vista a permanência do homem na região rural e o desenvolvimento de cada comunidade (LIRA; MELO, 2007).

Na década de 1920 estudava-se uma temática da educação rural, na qual foi criada por meio da união de grupos dominantes rivais, tendo um único objetivo em comum entre eles que era o de fixar o homem ao campo e acabar com a grande migração para a área urbana. Partiram assim do entendimento que a educação seria o meio mais eficiente para conter a migração desordenada e assim teve-se como justificativa para todas as iniciativas a favor da educação rural (FONSECA; 1985).

Em 1945, foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais que com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, estabeleceram as condições para a Campanha Nacional de Educação Rural, cujo fundamento era a ideia de que o atraso das zonas rurais decorreria da falta de preparo do homem do campo, a ênfase recaía na modificação de mentalidades, relegando quaisquer referências às reformas econômicas buscava-se modernizar formas de pensar e de comportamento do homem do campo brasileiro, consideradas atrasadas (SOUZA; CAUME; 2008).

Fundado como fruto de novo acordo entre os governos de ambos os países e dotado com recursos originários do Programa, os dirigentes do ETA, (Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano), apontavam como seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento da economia dos países subdesenvolvidos, através do financiamento a projetos específicos junto a áreas como a Extensão Rural e o Crédito Supervisionado (MENDONÇA, 2010).

### **3.2 Instalação de crédito rural supervisionado**

O Crédito Rural Supervisionado (CRS) foi criado em 1948, para atender a uma grande massa de proprietários rurais considerados marginalizados (mini fundiários, arrendatários, parceiros, meeiros e ocupantes) que, em função de não terem rendas suficientes para colocarem em prática aquilo que aprendiam não poderiam obter nenhum benefício por meio de seu trabalho sem que houvesse algum tipo de estímulo. Essa modalidade de crédito, destinada fundamentalmente ao pequeno produtor, procurou juntar os serviços de crédito e de educação rural, (SOUZA; CAUME, 2008).

De forma pioneira foi colocado em execução o crédito rural em conjunto com algumas instituições financeiras com todas as limitações possíveis de se imaginar naquela época, assim crescendo a convicção de que o crédito rural junto com assistência técnica poderia assim surgir um poderoso instrumento de modernização da estrutura produtiva rural (OLIVEIRA, 1984).

Deste modo, os Serviços de Assistências Técnicas e Extensão Rural devem ser resgatados e incentivados como forma de gerar renda no campo para os pequenos agricultores e incluir socialmente uma parcela significativa da população brasileira para que ela possa gerar renda e reduzir o êxodo rural, (DOLABELLA, 2005).

Naquele momento, o Crédito Rural Supervisionado foi considerado uma modalidade inédita em função de identificar-se com ações de bem-estar social em suas formulações originais destinava-se com a prioridade de atender pequenos agricultores, com o objetivo de cobrir despesas de investimento e custeio, não só de atividades agrícolas como também de economia doméstica, para a melhoria das condições de habitação, nutrição, saúde, educação, vestuário e lazer, (SOUZA; CAUME, 2008).

### **3.3 Instalação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural**

Em 21 de junho de 1956 foi fundada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), com a finalidade de coordenar os serviços estaduais de extensão e crédito rural supervisionado que dela faziam parte, bem como estimular a criação de novos serviços com o mesmo foco de trabalho. A entidade desenvolvia seus trabalhos tendo como lema ajudar o homem do campo a ajudar-se a si mesmo, por meio de ações cooperativas, baseadas em princípios educacionais, na busca do aprendizado da agricultura, da pecuária e da economia doméstica, envolvendo lideranças, grupos de produtores e jovens rurais, através dos Clubes "4-5" (saber, sentir, saúde e servir) e da prestação de serviços de saúde através de mini postos de atendimento, (SOUZA; CAUME, 2008).

A finalidade principal da ABCAR era coordenar a Extensão Rural no Brasil, realizando avaliações de resultados e buscando novos caminhos para aumentar a eficiência dos serviços, que também tinha por base, a experiência americana de extensão. Assim, foi por meio dessa associação que tinha a função de evitar o fracasso da política de extensão rural por falta de recursos financeiros e uma forma de vincular o setor primário da economia, ao setor financeiro e industrial, (ROMANIELLO; ASSIS, 2015).

A assistência técnica e extensão rural buscam viabilizar com o produtor rural as suas famílias e organizações, soluções adequadas para os problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, consumo, e preservação do meio ambiente (OLIVEIRA; 2013).

Ao longo da ação, as famílias rurais foram classificadas em três grupos para fins de provável qualificação para o crédito supervisionado.

- a) Agricultores grandes: administrativamente sofisticados, tecnologicamente modernos e geralmente com acesso ao crédito;
- b) Agricultores médios: intermediários entre agricultores grandes e pequenos;
- c) Agricultores pequenos: propriedades demasiadamente pequenas para oferecer condições mínimas de subsistência ou proporcionar uma base pequena para a formação de capital, que faziam uso de técnicas tradicionais, além do que, apresentavam deficiências em todos os aspectos, o que dificultava conseguirem tirar proveito do Programa de Extensão Rural (SOUZA; CAUME, 2008).

Essa classificação, além de negar a noção anterior de “comunidade rural” começa a escolher e filtrar os clientes que passará a ser atingida pela assistência técnica, visto que a ênfase passou a recair no grupo de agricultores médios e assim o programa de crédito passam a adquirir um caráter de seleção e exclusão, privilegiando determinados segmentos de produtores rurais em detrimento de outros, e os pequenos, a grande maioria, começa a ser marginalizada novamente (SOUZA; CAUME, 2008).

### **3.4 Evolução do crédito rural e seu histórico**

Na economia moderna o crédito possui um papel de grande importância, pois permite a imediata mobilização da riqueza, possibilitando o aumento do número de negócios realizados, número de bens produzidos e consumidos, grandes quantidades de recurso e bens, tendo um papel determinante para que isso ocorra na velocidade que anda a economia atual (ANTÃO; CAMPANHOLLO, 2005).

Na Tabela 1 é apresentado o crescimento dos recursos obtidos a partir do crédito rural em diferentes tipos de aplicações nos anos de 2000 e 2012, no Brasil, nas diferentes modalidades.

**Tabela 1.** A Expansão dos Recursos do Crédito Rural ente 2000 a 2012.

<b>Tipo de Crédito</b>	<b>2000</b>	<b>2012</b>	<b>Tx % crescimento</b>
Total	13.779.503.344,32	111.407.825.658,19	709
Custeio	8.538.460.113,09	62.362.286.224,01	630
Investimento	2.334.904.949,45	32.336.863.743,95	1.285
Comercialização	2.525.799.046,31	16.708.675.690,23	562

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural 1969/2012 *apud* BCB 2013).

Como observado na Tabela 1, nota-se que com o passar dos anos os recursos adquiridos por meio do crédito rural tiveram um aumento significativo, ultrapassando margens de 500% de aumento em pouco mais de uma década.

Na Tabela 2 é apresentado o crescimento dos recursos obtidos a partir do crédito rural em diferentes tipos de atividades desenvolvidas no Brasil nos anos de 2000 e 2012.

**Tabela 2.** Distribuição dos Recursos de Crédito Rural, 2000 e 2012.

<b>Atividade</b>	<b>2000</b>	<b>2012</b>
Custeio Lavoura	5.425.524.832,28	34.861.228.149,32
Custeio Animais	1.258.947.031,68	16.579.060.793,06
Custeio Outros	2.234.327.484,60	10.921.997.281,63
Inv. Formação de lavouras	145.124.355,15	2.456.463.129,10
Inv. Aquisição de animais	525.342.420,50	8.752.958.653,73
Inv. Melhoramento da estrutura	612.803.972,26	6.958.308.451,14
Inv. Máquinas e equipamentos	861.814.738,83	11.086.165.999,10
Inv. Outros	189.819.462,76	3.092.967.511,88

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural 1969/2012 *apud* BCB, 2013).

Como observado na Tabela 2, nota-se que o custeio é a principal atividade de captação de recursos via financiamento de programas de crédito rural.

A aplicação dos recursos disponíveis a partir do crédito rural para investimentos atinge de maneira crescente as compras de bens de para a agricultura e pecuária, como veículos, máquinas e implementos, tratores, equipamentos de beneficiamento, estruturas de armazenagem, entre outros. Isto vale também para os itens de formação de culturas perenes, aquisição de animais e melhoramento na estrutura produtiva como construção agrícola, irrigação, formação de pastagens, reflorestamento, etc. (WEBDMIN, 2013).

Do lado do crédito de comercialização, o crescimento apesar de forte, ainda é menos impactante que no caso do crédito de investimento, o crédito de custeio da produção já existente representou mais que 50% do crédito rural agropecuário total. É uma ligação importante para reduzir os gastos com insumos químicos fertilizantes e agrotóxicos (WEBDMIN, 2013).

### **3.5 PRONAF-A primeira política pública de incentivo e fortalecimento à agricultura familiar**

Criado no ano de 1995, pela Resolução n. 2.191 do Banco Central do Brasil, e instituído em 1996, pelo Decreto n. 1.946, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) resultou especialmente, da mobilização nacional de várias organizações representantes da agricultura familiar, que pretendiam estabelecer condições para uma nova estrutura deste público, demonstrando a importância do acesso ao crédito para ampliar o número de unidades de produção familiar em condições de gerar renda e ocupação no meio rural com qualidade de vida (ZIGER, 2006).

O PRONAF representa uma importante luta pelo reconhecimento da Agricultura Familiar, sendo que a partir da efetivação dessas políticas públicas os agricultores descobrem-se como um dos fatores estratégicos para o crescimento de um país, buscando assim, construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, através do incremento e da diversificação da capacidade produtiva, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida (ZIGER, 2006).

O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar destina-se a estimulação de renda e na melhoria no uso da mão de obra familiar por meio de financiamentos de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimentos rurais (BCB, 2015).

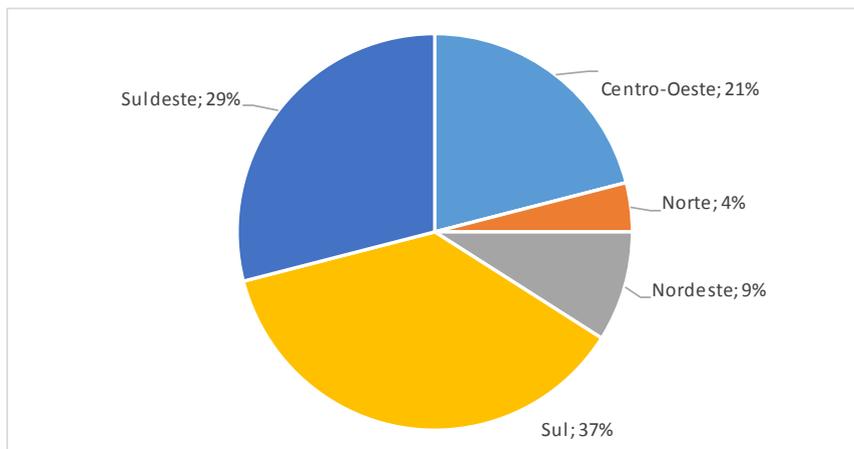
Para se enquadrar no PRONAF o produtor familiar deve atender a algumas características como ter CNPJ, experiência mínima de um ano devidamente comprovada e sua renda não pode passar de um teto máximo exigido, atingindo essas características comprovarão a partir da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) que são agricultores familiares (MDA, 2016).

A DAP é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor e é indispensável para comprovação de agricultura familiar e enquadramento e acesso a políticas públicas no caso o PRONAF e alguns outros programas (FETAESP, 2011).

### **3.6 Financiamento por crédito rural no Brasil**

O produtor rural tem optado pelo financiamento de suas atividades agrícolas, pois o crédito rural abrange recursos destinados a custeio, investimento e comercialização, assim podendo cobrir despesas dos ciclos produtivos de forma a garantir um melhor desenvolvimento do seu trabalho e independente do tipo de atividade a ser desenvolvida (MDA, 2016).

A Figura 1 apresenta a concessão de crédito rural a produtores e cooperativas rurais no ano de 2012 destacando por regiões.



Fonte: BACEN 2012

**Figura 1.** Valores de Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas Finalidade – Região Geográfica.

A Figura 1 destaca as regiões sul e sudeste como as mais apresentam o uso de crédito rural, fato este que se justifica pelo fato de que nestas regiões existem muito mais cooperativas e associações de produtores rurais do que nas demais regiões do país.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização da pesquisa documental, foi possível identificar um breve perfil dos produtores rurais da região de Jales - SP que procuram por financiamento via crédito rural.

Além das características gerais dos produtores, foi possível identificar que o financiamento das atividades contempla produtores de pequenas e médias propriedades, conforme pode ser observado na tabela 3. Percebe-se também que houve um aumento significativo no número de propostas e também no valor solicitado, quando comparado os períodos estudados.

**Tabela 3.** Número de projetos técnicos elaborados para fins de obtenção de Crédito Rural na região de Jales-SP

Projetos Elaborados no Biênio - 2014-2015				
Número de Projetos Propostos				
Porte da Propriedade	2014	Valores em R\$	2015	Valores em R\$
Pequena	45	R\$ 2.101.148,60	45	R\$ 2.566.706,21
Média	32	R\$ 4.774.300,06	47	R\$ 4.241.282,51
Grande	10	R\$ 2.957.232,02	29	R\$ 11.377.333,16
<b>Total Geral</b>	<b>87</b>	<b>R\$ 9.832.680,68</b>	<b>121</b>	<b>R\$ 18.185.321,88</b>
Número de Projetos Aceitos				
Porte da Propriedade	2014	Valores em R\$	2015	Valores em R\$
Pequena	38	R\$ 1.804.103,60	43	R\$ 2.458.914,74
Média	24	R\$ 3.702.726,06	41	R\$ 3.658.582,51
Grande	7	R\$ 2.341.235,61	22	R\$ 7.145.603,96
<b>Total Geral</b>	<b>69</b>	<b>R\$ 7.848.065,27</b>	<b>106</b>	<b>R\$ 13.263.101,21</b>

Fonte: Elaborada a partir dos dados da empresa estudada

Ao observar a **Tabela 3**, destaca-se que dentre as propostas apresentadas houve um percentual de aprovação de 79,31% no ano de 2014 e de 87,6% no ano de 2015, o que demonstra a existência de boa disponibilidade de recursos por parte das instituições para o financiamento agrícola, bem como, perfis adequados por parte dos produtores rurais para contratação de crédito rural.

Comparando o número de projetos elaborados e as características das propriedades, proponentes, percebe-se também que no ano de 2015 houve um aumento significativo de projetos propostos por grandes propriedades, cujo crescimento foi superior a 200%, representando aproximadamente 54% do montante total dos recursos captados.

Na Tabela 4, destaca-se o número de planos aceitos e não aceitos nos anos de 2014 e 2015 nas modalidades de custeio e investimento, nota-se também que houve um aumento significativo do número de planos aprovados em comparação com o ano anterior e apenas uma pequena parcela de projetos não foram aceitos, destacando-se assim a facilidade obtida para a contratação dos financiamentos, principalmente por meio do PRONAF.

**Tabela 4.** Número de Projetos Propostos por Modalidade

<b>Projetos Propostos por Modalidade</b>				
<b>2014</b>				
<b>Modalidade</b>	<b>Total</b>	<b>Apr.</b>	<b>Rep.</b>	<b>% Apr.</b>
Custeio	32	23	9	71,9
Investimento	55	46	9	83,6
Comercialização	0	0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>69</b>	<b>18</b>	
<b>2015</b>				
<b>Modalidade</b>	<b>Total</b>	<b>Apr.</b>	<b>Rep.</b>	<b>% Apr.</b>
Custeio	82	78	4	95,1
Investimento	61	50	11	82,0
Comercialização	0	0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>128</b>	<b>15</b>	

Fonte: Elaborado a partir dos dados da empresa estudada

Ao observar a Tabela 4, destaca-se que a modalidade de financiamento que mais se desenvolve na região é o crédito destinado a investimentos com mais de 83,60% de aprovação em 2014, apresentando uma pequena redução em 1,6% em 2015. A modalidade de custeio em 2015 teve mais de 95% de aprovação, um número excelente quando comparado ao ano anterior onde obteve apenas 71,90% de aprovação.

Considerando os resultados obtidos através da tabela 4, é possível concluir que os produtores rurais possuem um bom auxílio no desenvolvimento de suas atividades agropecuárias por meio da disponibilização de crédito rural, tanto nas modalidades de custeio quanto na modalidade de investimento, com grande índice de aprovação de projetos e contribuição de milhões de reais para a melhoria da competitividade agrícola no setor de agronegócios.

Na Tabela 5, percebe-se que houve um aumento muito significativo no valor dos recursos solicitados por tipo de atividade desenvolvida pelos produtores rurais, houve também um crescimento no número de propostas solicitadas no período estudado, impulsionando assim as atividades o desenvolvimento da nossa região.

**Tabela 5.** Principais atividades desenvolvidas pelos proponentes

<b>Principais Atividades Agrícolas dos Projetos</b>				
<b>Atividade</b>	<b>2014</b>	<b>Valores em R\$</b>	<b>2015</b>	<b>Valores em R\$</b>
Produção de Uva	3	R\$ 155.000,00	6	R\$ 608.367,68
Produção de Citros	6	R\$ 440.000,00	18	R\$ 1.257.803,46
Produção de Tomate	3	R\$ 336.000,00	1	R\$ 26.961,67
Produção de Látex	1	R\$ 256.043,98	2	R\$ 102.176,18
Produção de Semente de Capim	3	R\$ 509.442,08	3	R\$ 384.000,00
Produção de Banana	0	0,00	2	R\$ 119.015,76
Produção de Hortaliças	0	0,00	1	R\$ 58.145,58
Bovino de Corte	28	R\$ 5.289.932,02	40	R\$ 8.799.828,36
Bovino de Leite	15	R\$ 1.357.000,00	22	R\$ 1.635.500,00
Construção	3	R\$ 181.044,00	1	R\$ 124.899,43
Implementos	5	R\$ 455.295,21	1	R\$ 150.000,00
Veículos	12	R\$ 400.304,39	13	R\$ 492.163,04
ABC	0	0,00	4	R\$ 3.577.317,80
<b>Total Geral</b>	<b>79</b>	<b>R\$ 9.380.061,68</b>	<b>114</b>	<b>R\$ 17.336.178,96</b>

Fonte: Elaborada a partir dos dados da empresa estudada

Ao observar a Tabela 5, destacam-se as principais atividades com maior obtenção de recursos para o desenvolvimento agropecuário da região de Jales-SP, dentre as propostas apresentadas houve um destaque para as atividades da citricultura, produção de uvas, bovinocultura leiteira e para corte. Na produção de citros houve um percentual de aumento de 33,33% no número de planos solicitados e um aumento de 34,98% dos valores de recursos solicitados.

Na produção de uvas observa-se que houve um aumento de 50% no número de planos solicitados e um aumento de 34,98% do valor solicitado pelos produtores para o desenvolvimento da cultura.

Na bovinocultura de corte um aumento de 70% no número de planos e de 60,11% no valor de recursos solicitados, e na bovinocultura leiteira observa-se um aumento de 68,18% no número de planos solicitados e 82,97% no valor de recursos solicitados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o desenvolvimento deste trabalho foi possível identificar os diversos aspectos que justificam a proposta do crédito rural, bem como, sua importância para o desenvolvimento da atividade agrícola no Brasil.

A região de Jales - SP possui ampla atividade agrícola, com predominância de propriedades rurais pequenas, na qual muitas vezes não representa a principal fonte de subsistência da família. Todavia, os produtores rurais independentes de seu porte ou atividade produtiva tem encontrado no crédito rural uma oportunidade para financiar suas atividades e reduzir o risco de seus negócios, despertando o interesse pela captação de recursos.

O respectivo aumento no interesse de financiar suas atividades está atrelado às facilidades de contratação das diferentes modalidades de crédito, a baixa disponibilidade de recursos próprios e no alto índice de aprovação, embora esteja condicionado a existência de perfil adequado do produtor em relação aos critérios estabelecidos pelo programa de financiamento.

Para a economia local, a captação de recursos destinados à produção agrícola é um importante instrumento de desenvolvimento para outras atividades econômicas, uma vez que irá demandar novos produtos e serviços para o desenvolvimento adequado das atividades agrícolas.

Finalmente, é possível observar que a atividade agrícola é responsável por uma parcela importante do Produto Interno Bruto (PIB) do município de Jales - SP, tendo, portanto, grande influência na economia local. A disponibilidade de capital para financiamento das atividades agrícolas permite que o setor de agronegócios se mantenha competitivo e capaz de estimular o desenvolvimento de outras atividades ligadas direta ou indiretamente ao setor primário da economia.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. 2007. Disponível em: <[https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo\\_C5\\_Como\\_fazer\\_pesquisa\\_bibliografica.pdf](https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C5_Como_fazer_pesquisa_bibliografica.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ANTÃO, Rosimeire Aparecida Souza; CAMPANHOLO, Tarcisio. **O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social**. 2005. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo03.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ARAÚJO, Cidália et al. Estudo de Caso. Métodos de Investigação em Educação. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008. Disponível em <[http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo\\_caso.pdf](http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **FAQ: programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF**. 2015. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp)>. Acesso em: 07 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Anuário estatístico do crédito rural**. Brasília: Bacen, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL- BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural**. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/produtCooper>>.

asp?idpai=RELRURAL2012>. Acesso em: 15 jun. 2016.

DOLABELLA, Rodrigo Hermeto Correa. Capacitação tecnológica da população um enfoque na extensão rural. 2005. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&ved=0ahUKEwjWq\\_C7s8PNAhXC IJAKHfVyAKcQFghkMAK&url=http%3A%2F%2Fwww2.camara.leg.br%2Fa-camara%2Faltosestudios%2Ftemas%2Ftemas-ate-2011%2Fcapacitacao%2FartigoCTP4.pdf%2Fview&usq=AFQjCNHUZjuRjafQ4SYDh09pUeYnV4O\\_XA&sig2=yT4rc062YvYx1ETYDujB9Q](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&ved=0ahUKEwjWq_C7s8PNAhXC IJAKHfVyAKcQFghkMAK&url=http%3A%2F%2Fwww2.camara.leg.br%2Fa-camara%2Faltosestudios%2Ftemas%2Ftemas-ate-2011%2Fcapacitacao%2FartigoCTP4.pdf%2Fview&usq=AFQjCNHUZjuRjafQ4SYDh09pUeYnV4O_XA&sig2=yT4rc062YvYx1ETYDujB9Q)>. Acesso em: 25 Jul. 2016.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. FETAESP. 2011. Disponível em: <[http://www.fetaesp.org.br/fetaesp/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1&Itemid=11](http://www.fetaesp.org.br/fetaesp/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=11)>. Acesso em: 24 jun 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A revolução de 1930 e a economia brasileira. 2012. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp843\\_866.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp843_866.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2016.

KROTH, Darlan Christiano; Dias, Joilson; GIANNINI, Fabio Augusto. A Importância do Crédito Agrícola e da Educação na Determinação do Produto Per Capita Rural: Um Estudo Dinâmico em Painéis de Dados dos Municípios Paranaenses. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/363.pdf>>. Acesso em 15 Jun. 2016.

LIRA, Débora Amélia N. de; MELO, Amilka Dayane Dias. A educação brasileira no meio rural: recordes no tempo e no espaço. 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NO%20MEIO%20RURAL%20RECORTES%20NO%20TEMPO%20E%20NO%20ESPA%C3%87O%20.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - MDA. Crédito rural. 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de Mendonça. Ensino agrícola e influência norteamericana no Brasil (1945-1961). **Tempo**, Niterói, v. 15, n. 29, jul./dez. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042010000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000200006)>. Acesso em: 23 ago. 2016.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A Arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/522>>. Acesso em: 25 Jul. 2016.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. A conjugação do crédito rural a assistência técnica no Brasil: análise da experiência do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 71-121, jan./abr. 1984. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/9288/5313>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão rural e interesse patronais do**

**Brasil:** uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). 2013. Dissertação (Mestre em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1723.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PETINARI, Ricardo Alessandro; BERGAMASCO, Sonia Pessoa Pereira; TERESO, Mauro José Andrade. Agricultura Familiar no Noroeste do Estado de São Paulo: A Diversificação Como Estratégia de Reprodução Social, Jul. 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/249.pdf>>. Acesso em: 30 Jun. 2016.

RAMOS, Pedro. **A evolução da produção agrícola brasileira entre 1930 e 2007:** da inserção no processo de substituição de importações às exportações no modo primário importador, Piracicaba: Unicamp, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1151x.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

ROMANIELLO, Marcelo Márcio; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. **Extensão rural e sustentabilidade:** guia de estudos. Lavras/MG, 2015. Disponível em: <<http://www.cead.ufa.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Extens%C3%A3o-rural-E-sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 25 Jun. 2016.

SOUZA, Cleonice Borges de; CAUME, David José. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 46., 2008, Rio Branco/AC.

**Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/882.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

ZIGER, Vanderley. **O crédito rural e a agricultura familiar:** desafios, estratégias e perspectivas. 2006. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/183.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

WEBADMIN. Crédito rural. **Dados e textos sobre a luta pela terra e a reforma agrária.** 2013. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/2-cr%C3%A9dito-rural>>. Acesso em: 25 jun. 2016.